

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026**

### **CONTRATANTE (UASG)**

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (925401)

### **OBJETO**

Contratação de empresa especializada em serviços terceirizados de manutenção predial e pintura, a serem executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, sob demanda, para atender as necessidades deste Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

### **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 298.236,60 (duzentos e noventa e oito mil, duzentos e trinta e seis reais e sessenta centavos)

### **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 14/05/2026 às 14h (horário de Brasília)

### **CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

Menor preço por item

### **MODO DE DISPUTA**

Aberto

### **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

Sim

## Sumário

1.	DO OBJETO .....	3
2.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
4.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
5.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	8
6.	DA FASE DE JULGAMENTO.....	12
7.	DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	14
8.	DOS RECURSOS .....	16
9.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	17
10.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	20
11.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	21

**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026**

Processo Administrativo nº 11984/25

Torna-se público que o TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS – TCMGO realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

**1.1.** Contratação de empresa especializada em serviços terceirizados de manutenção predial e pintura, a serem executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, sob demanda, para atender as necessidades deste Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

**1.2.** A licitação será realizada por item.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**2.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**2.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.5.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006.

**2.6.** Não poderão disputar esta licitação:

**2.6.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

**2.6.2.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

**2.6.3.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente deste Tribunal de Contas ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**2.6.4.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

**2.6.5.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de

trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.6.6.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público deste Tribunal de Contas, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.7.** O impedimento de que trata o item 2.6.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.8.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**2.9.** A vedação de que trata o item 2.6.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe e apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**3.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**3.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**3.3.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**3.3.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**3.3.2.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**3.3.3.** Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**3.3.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.4.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.5.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**3.6.** A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**3.7.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**3.8.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**3.9.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**3.10.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**4.1.1.** Valor unitário e total para cada item ou grupo de itens, em moeda corrente nacional;

**4.1.2.** Marca;

**4.1.3.** Fabricante;

**4.1.4.** Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

**4.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**4.2.1.** O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

**4.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**4.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.5.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**4.5.1.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**5.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.5.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.



**5.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**5.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00 (um real), no tempo mínimo de 2 (dois) minutos.

**5.9.** O licitante poderá uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**5.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

**5.11.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**5.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**5.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**5.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**5.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**5.11.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**5.12.** Após o término do prazo estabelecido no subitem anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**5.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**5.15.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.17.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.18.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**5.18.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.18.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da

primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.18.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.18.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.19.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**5.19.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**5.19.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.19.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**5.19.4.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.19.5.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**5.20.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

**6.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

**6.2.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.5 deste edital.

**6.3.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**6.4.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**6.5.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**6.5.1.** Contiver vícios insanáveis;

**6.5.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**6.5.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**6.5.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**6.5.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**6.6.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**6.6.1.** A inexecutibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**6.6.1.1.** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**6.6.1.2.** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**6.7.** Se houver indícios de inexecutibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**6.8.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.9.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

**6.9.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**6.9.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**6.10.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.11.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**6.12.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**6.13.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**7.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.2.** Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema eletrônico e, excepcionalmente, por e-mail (comissão.contratacao@tcmgo.tc.br) quando não for possível fazê-lo via sistema eletrônico.

**7.3.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**7.4.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**7.5.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**7.5.1.** Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**7.6.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**7.7.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

**7.7.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**7.7.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**7.8.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**7.9.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.5.1.

**7.10.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**7.11.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

## **8. DOS RECURSOS**

**8.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**8.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**8.3.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**8.3.2.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**8.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**8.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**8.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**8.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



**8.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**8.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**9.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**9.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**9.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**9.1.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**9.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**9.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

**9.1.2.4.** Deixar de apresentar amostra;

**9.1.2.5.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**9.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**9.1.3.1.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**9.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

**9.1.5.** Fraudar a licitação.

**9.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**9.1.6.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**9.1.6.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**9.1.6.3.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**9.1.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

**9.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**9.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**9.2.1.** Advertência;

**9.2.2.** Multa;

**9.2.3.** Impedimento de licitar e contratar;

**9.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**9.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**9.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida.

**9.3.2.** As peculiaridades do caso concreto.

**9.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

**9.3.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

**9.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**9.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

**9.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

**9.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

**9.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**9.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**9.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**9.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**9.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

**9.10.** A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de

processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**9.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**9.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**9.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**9.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**10.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**10.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**10.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, no e-mail: [comissao.contratacao@tcmgo.tc.br](mailto:comissao.contratacao@tcmgo.tc.br)

**10.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**10.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**10.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**11.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**11.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**11.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**11.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**11.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**11.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**11.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**11.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**11.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**11.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.tcmgo.tc.br/site/transparencia/licitacoes/>.

**11.11.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**11.11.1.** ANEXO I - Termo de Referência;

**11.11.1.1.** Apêndice I do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

**11.11.2.** ANEXO II – Minuta de Contrato;

**11.11.3.** ANEXO III – Modelo de Proposta de Preços.

Goiânia, 27 de abril de 2026.

Vinícius Bernardes Carvalho  
Pregoeiro

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11984/25**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**1.1.** Contratação de empresa especializada em serviços terceirizados de manutenção predial e pintura, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL MENSAL
1	Auxiliar de Manutenção Predial (PROFISSIONAIS DA CONVENÇÃO COLETIVA)	1627	Prof.	3	R\$ 8.284,35	R\$ 24.853,05
VALOR TOTAL ANUAL						R\$ 298.236,60

**1.2.** Os serviços objetos desta contratação são caracterizados como comuns na forma do Art. 6º, inciso XIII da Lei Federal de nº 14.133/21.

**1.3.** Em caso de conflito de descrição dos itens do catálogo do Governo Federal (CATSER), prevalece a descrição dos itens deste Termo de Referência.

**1.4.** O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato, por se tratar de serviços continuados, cuja interrupção pode comprometer a continuidade das atividades. Dessa forma, a vigência plurianual é considerada mais vantajosa, sendo passível de prorrogação por até 05 (cinco) anos, conforme os artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**1.5.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

**3.1.** A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

**3.2.** Considerando que o objeto da presente contratação se refere à prestação de serviços, não se aplica a análise do ciclo de vida do objeto.

### **4. REQUISITO DA CONTRATAÇÃO**

**4.1.** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

**4.2.** A licitante deverá apresentar declaração de que teve pleno conhecimento de todas as informações, condições e peculiaridades necessárias ao fiel cumprimento das obrigações decorrentes da contratação, inclusive quanto ao local de execução e responsabilidades previstas neste Termo de Referência.

**4.2.1.** A declaração acima poderá ser substituída por documento formal emitido e assinado pelo responsável técnico da empresa, atestando ciência integral das condições contratuais e das especificidades do objeto;

**4.2.2.** A licitante deverá comprovar sua aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível com o presente Termo de Referência, mediante apresentação de, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução anterior de serviços similares em escopo, complexidade e volume compatíveis com o objeto ora contratado.

**4.3.** Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

**4.4.** A empresa licitante deverá obrigatoriamente ter escritório estabelecido na cidade de Goiânia/GO ou em sua região metropolitana, ou comprometer-se a instalar um no prazo estipulado pelo TCMGO, com a devida comprovação durante apresentação de documentos no processo licitatório.



## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**5.1.** Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento.

**5.2.** A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

**5.3.** Início da execução do objeto em até 24 (vinte e quatro) horas após a assinatura do contrato, ou a partir da data informada pelo Gestor do Contrato.

**5.4.** Os serviços serão prestados na sede do TCMGO situado na Rua 68, n.º 727 – Setor Central, Goiânia-GO e nos edifícios pertencentes ou locados por este Tribunal.

**5.5.** Os serviços deverão ser executados por funcionários devidamente habilitados e com vínculo empregatício com a empresa Contratada.

**5.6.** Os profissionais deverão cumprir uma jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com prestação de serviços de segunda a sexta-feira. A jornada diária será de 8 (oito) horas, com intervalo para descanso de, no mínimo, 1 (uma) hora e, no máximo, 2 (duas) horas por dia, respeitando o limite máximo de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

**5.7.** No início da prestação dos serviços, a contratada deverá informar, por escrito, ao contratante o nome do preposto responsável pela contratação, ao qual o Gestor do Contrato, designado pela Administração, se reportará para tratar de todas as questões relativas à execução contratual.

**5.8.** A concessão de férias, licenças, folgas e descansos semanais, atribuídos aos profissionais dispostos nos postos de trabalho, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, devendo ser mantido sempre o quantitativo de profissionais determinado no **item 1.1** deste Termo.

**5.9.** Excepcionalmente, poderá ser solicitada à Contratada a prestação de serviços adicionais em qualquer dia da semana, inclusive aos sábados e domingos, além da jornada prevista no **item 5.6**. Essa solicitação deverá ser formalizada pelo Gestor do contrato, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do serviço a ser prestado.

**5.10.** O controle da jornada de trabalho nas dependências do CONTRATANTE deverá ser efetuado pela CONTRATADA, por meio de sistema de controle de jornada de trabalho, a saber:

a) biometria; b) controle de ponto por cartão magnético; c) sistema de ponto eletrônico alternativo; e outros permitidos por lei. O controle será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, sendo apenas fiscalizado pelo gestor do contrato.

**5.10.1.** A folha de ponto manual somente poderá ser utilizada em casos específicos e após autorização do Contratante.

**5.11.** Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA assegurar a prestação dos serviços durante os horários definidos pelo CONTRATANTE.

**5.12.** Em caso de ausência do profissional, o CONTRATANTE reserva-se o direito de, eventualmente, não solicitar a sua substituição (cobertura) e, nessa hipótese, as horas referentes ao posto vago serão deduzidas da fatura.

### **5.13. Qualificação dos Profissionais**

**5.13.1.** Para fins de elaboração da proposta, as licitantes deverão considerar como referência as seguintes qualificações para os cargos, níveis de escolaridade, conhecimento e experiência;

**5.13.2.** Profissional de Manutenção Predial: Considerando as atribuições determinadas pela Controladoria-Geral da União (CGU), o Código Brasileiro de Ocupação – CBO compatível é o de n.º 5143-25.

**5.13.2.1. Qualificação mínima:** comprovação de escolaridade correspondente ao Ensino Fundamental completo;

**5.13.2.2.** Experiência mínima: comprovação de, no mínimo, 12 (doze) meses na função ou em atividades correlatas;

**5.13.2.3.** Competências técnicas desejáveis: conhecimentos básicos de elétrica, hidráulica, alvenaria, pintura e demais atividades relacionadas à conservação predial, conforme normas da ABNT e regulamentações vigentes;

**5.13.2.4.** Preferencialmente: possuir curso profissionalizante ou de capacitação em manutenção predial, elétrica, hidráulica ou pintura;

**5.13.2.5.** A comprovação da experiência mínima poderá ser realizada por meio de registros em CTPS, declarações de empregadores, contratos de trabalho ou documentos equivalentes, observada a duração mínima exigida;

**5.13.2.6.** Conhecimento para execução supervisionada de trabalho em alvenaria, concreto e outros materiais, guiando-se por desenhos, esquemas e especificações, utilizando processos e instrumentos pertinentes ao serviço para construir, reformar ou reparar prédios e obras similares;

**5.13.2.7.** Conhecimentos básicos para leitura/compreensão de projetos elétrico e capacidade para execução supervisionada de implementação, manutenção e pequenos reparos de instalações elétricas;

**5.13.2.8.** Habilidade para execução supervisionada de pintura em superfícies diversas (paredes, estruturas metálicas, esquadrias de madeira, entre outras), aplicando técnicas adequadas de preparação, correção, acabamento e revestimento, de acordo com normas técnicas da ABNT.

#### **5.14. Serviços de Manutenção**

**5.14.1.** A contratada deverá executar serviços de manutenção predial em caráter preventivo, corretivo e emergencial, abrangendo atividades hidrossanitárias, elétricas, de alvenaria, pintura e acabamento, conforme cronograma mínimo estabelecido pelo Gestor do Contrato ou sempre que necessário em razão de ocorrências que demandem intervenção imediata;

**5.14.2.** As atividades incluirão, entre outras, verificações, reparos, substituições, inspeções, testes, regulagens, reapertos, recolocações, pinturas e repinturas, com a devida limpeza e recomposição das áreas afetadas;

**5.14.3.** Os materiais, ferramentas e equipamentos necessários serão disponibilizados pelo Tribunal de Contas, em quantidade e tempo suficientes para execução das rotinas programadas e serviços eventuais;

**5.14.4.** A execução de serviços somente será considerada concluída após aprovação do Gestor ou Fiscal do Contrato, incluindo a adequada destinação de resíduos, a recomposição de eventuais danos e a limpeza das áreas trabalhadas;

**5.14.5.** A contratada deverá manter, nas dependências do contratante, equipe de serviço composta por profissionais devidamente qualificados, aptos a executar rotinas preventivas, corretivas e emergenciais, sem prejuízo da possibilidade de execução de

serviços de natureza similar, caso necessário para o cumprimento integral das obrigações contratuais;

**5.14.6.** A prestação dos serviços objeto deste contrato não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração, sendo vedada qualquer forma de subordinação direta ou pessoalidade na relação entre aqueles e o contratante.

## **6. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**6.1.** Promover, através de seu Gestor/Fiscal, o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos produtos, sob os aspectos quantitativo e qualificativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas.

**6.2.** Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.

**6.3.** Aplicar penalidades à CONTRATADA por descumprimento contratual.

**6.4.** Fornecer à CONTRATADA todas as informações relevantes, solicitadas ou necessárias para o pleno desenvolvimento dos serviços, bem como prestar informações adicionais, dirimir dúvidas e orientar nos casos omissos, quando ocorrer, garantindo, ainda, as condições sob sua responsabilidade para que a empresa cumpra integralmente as obrigações pactuadas, com máxima presteza e mediante solicitação escrita.

**6.5.** Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, desde que devidamente identificados, às dependências do TCMGO, nos locais em que devam executar as atividades de manutenção predial e pintura.

**6.6.** Comunicar à CONTRATADA as irregularidades, falhas ou defeitos observados no objeto do contrato.

**6.7.** Realizar o (s) pagamento (s) decorrente (s) das demandas atendidas, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência e no instrumento contratual, somente após o atesto da execução satisfatória dos serviços contratados.

**6.8.** Programar os serviços a serem executados pela CONTRATADA, com atendimento sempre cortês e garantindo, em todas as situações, as condições de segurança das instalações, dos funcionários e do patrimônio do TCMGO.

**6.9.** Não permitir que os empregados da CONTRATADA realizem horas adicionais, sempre observando o limite da legislação trabalhista.

**6.10.** É vedado ao CONTRATANTE e ao seu representante exercer autoridade hierárquica sobre os empregados da CONTRATADA, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

**6.11.** O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**6.12.** O TCMGO não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada sem que tenha sido previamente autorizada e reserva-se o direito de exercer, quando lhe convier, a fiscalização sobre a execução dos serviços contratados, se ele atende a todas as especificações deste Termo e, ainda, aplicar multas ou rescindir o contrato, caso a empresa descumpra quaisquer de suas cláusulas.

**6.13.** O CONTRATANTE reserva-se o direito de estabelecer os controles necessários ao acompanhamento, fiscalização e aferição da prestação dos serviços, bem como promover ajustes no planejamento ou cronograma de execução das tarefas, cabendo à CONTRATADA cumprir integralmente as determinações, em conformidade com o objeto e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**6.14.** O CONTRATANTE reserva-se o direito de estabelecer os controles necessários ao acompanhamento, fiscalização e aferição da prestação dos serviços, bem como promover alterações nas execuções das tarefas, cabendo à CONTRATADA cumprir suas determinações.

## **7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**7.1.** A empresa deverá dispor de profissionais obrigatoriamente contratados em conformidade com a legislação trabalhista vigente (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), observando, também, as disposições constantes de acordos ou convenções coletivas de trabalho, celebrados entre entidades sindicais, devidamente registradas no Ministério do Trabalho e Emprego.

**7.2.** A CONTRATADA será integralmente responsável pela execução dos serviços prestados, assegurando sua regularidade e qualidade, bem como pelos danos e infrações causados ao CONTRATANTE ou a terceiros resultantes de sua ação ou omissão e em decorrência de sua culpa ou dolo, respondendo pela imediata correção de eventuais falhas, deficiências ou irregularidades constatadas, em conformidade com este Termo de Referência durante a execução contratual, sem ônus para o CONTRATANTE.

**7.3.** A CONTRATADA deverá garantir a fiscalização contínua de seus empregados, assegurando o cumprimento das obrigações contratuais e verificando a efetiva prestação dos serviços no local de trabalho.

**7.4.** A CONTRATADA será responsável integralmente pelos atos de seus empregados no exercício de suas funções, inclusive por eventuais danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, assegurando a imediata reparação dos prejuízos, sempre que decorrentes da execução dos serviços contratados.

**7.5.** A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas decorrentes da execução do contrato, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, tributos sobre a atividade contratada, bem como gastos com deslocamento, alimentação, hospedagem e vestimenta dos empregados, quando aplicável. Deverá também garantir o cumprimento da legislação vigente, responsabilizando-se pelo pagamento de salários, férias, 13º salário, seguros, acertos e quaisquer outros encargos. Todas essas obrigações deverão ser cumpridas sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE, não gerando, em hipótese alguma, vínculo empregatício, previdenciário ou trabalhista entre os empregados da CONTRATADA e o TCMGO.

**7.6.** A CONTRATADA deverá submeter-se à fiscalização integral por parte do CONTRATANTE, por meio do Gestor ou Fiscal designado, aceitando o acompanhamento da execução dos serviços, cumprindo integralmente as orientações recebidas, prestando todos os esclarecimentos solicitados e viabilizando o exercício do controle contratual. Deverá, ainda, atender às solicitações e reclamações do CONTRATANTE, fornecendo todas as informações requeridas, com vistas à adequada supervisão da execução contratual.

**7.7.** Executar o serviço contratado independentemente de qualquer contratempo.

**7.8.** Manter-se durante todo o período de execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como com todas as condições de habilitação e qualificações exigidas neste Termo de Referência e em seus anexos.

**7.9.** Garantir a qualidade dos serviços oferecidos, que deverão ser compatíveis com as finalidades a que se destinam.

**7.10.** A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela Administração para representá-la na execução do contrato.

**7.11.** Disponibilizar ao TCMGO um serviço de atendimento personalizado e imediato, com a disponibilização de números de telefones fixos e móveis, endereço de e-mail e outras facilidades para abertura de chamados durante os dias úteis da semana, entre 8h e 18h.

**7.12.** Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito e em caráter de urgência, qualquer anormalidade ou intercorrência que possa comprometer a execução dos serviços, prestando os esclarecimentos que este julgar necessários.

**7.13.** Manter absoluto sigilo quanto às informações pertinentes ao serviço que deverá ser executado, vedada sua divulgação sem permissão do CONTRATANTE.

**7.14.** Substituir, imediatamente, os empregados em serviço, mediante solicitação do CONTRATANTE, nos seguintes casos:

**7.14.1.** Quando o profissional demonstrar falta de qualificação ou capacidade para desempenhar as atividades previstas;

**7.14.2.** Em situações que envolvam comportamento incompatível com as normas de conduta e ética da Administração Pública ou com o ambiente de trabalho;

**7.14.3.** Quando for identificado baixo rendimento ou falhas recorrentes na execução das tarefas designadas;

**7.14.4.** Sempre que o perfil do profissional não atender às especificidades ou exigências da atividade CONTRATADA.

**7.15.** Caso a substituição não ocorra de forma imediata, quando necessária por ausência, impedimento ou qualquer outro motivo que inviabilize o exercício das funções do profissional, será aplicado desconto proporcional na fatura, correspondente ao período em que o serviço deixou de ser prestado, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.



**7.16.** Caberá à CONTRATADA todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando em ocorrências da espécie forem vítimas os seus empregados no desempenho da prestação de serviço, ou em contato com eles nas dependências do CONTRATANTE.

**7.17.** A empresa CONTRATADA deverá enviar seus empregados devidamente identificados, com crachá e/ou uniformizados, conforme exigido pelo CONTRATANTE.

**7.18.** A CONTRATADA fornecerá todos os uniformes necessários à prestação dos serviços durante a vigência contratual.

**7.19.** O uniforme deve ser composto de:

**7.19.1.** 2 (duas) calças compridas tipo “brim” ou jeans;

**7.19.2.** 2 (duas) camisetas ou camisas;

**7.19.3.** 1 (um) cinto de nylon;

**7.19.4.** 2 (dois) pares de botina com sola de borracha e biqueira de proteção de acordo com a categoria profissional;

**7.19.5.** 4 (quatro) pares de meia;

**7.19.6.** 1 (uma) capa de chuva;

**7.19.7.** 1 (um) crachá de identificação;

**7.19.8.** 1 (um) par de luvas para manutenções prediais;

**7.19.9.** Demais itens previstos em convenção coletiva necessária para vestimenta dos profissionais.

**7.20.** Os uniformes deverão conter a identificação da empresa CONTRATADA, de forma visível, preferencialmente na camisa.

**7.21.** Substituir, no prazo máximo de 02 (duas) horas, os profissionais que por qualquer motivo não puderem exercer suas funções, inclusive as faltas diárias, devendo ser descontadas do valor da fatura mensal todas as ausências existentes no mês.

**7.22.** Selecionar e preparar rigorosamente os profissionais que prestarão os serviços para o TCMGO, garantindo que todos tenham conduta ética, preparo técnico com as exigências contratuais e bons antecedentes.

**7.23.** Caso seja necessária a substituição de profissional, seja por ausência, impedimento ou qualquer outro motivo que o impossibilite de exercer suas funções, e a CONTRATADA não



providenciar a substituição imediata, será efetuado o desconto proporcional na fatura, correspondente ao período em que o serviço deixou de ser prestado.

**7.24.** Registrar e controlar, juntamente com o Gestor do contrato, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, garantindo o pleno funcionamento da equipe.

**7.25.** Instruir seus funcionários quanto à proibição da utilização dos bens e serviços do CONTRATANTE para fins particulares, como a utilização dos telefones para tratar de assuntos alheios às atividades do órgão.

**7.26.** Emitir fatura/nota fiscal da prestação de serviços, discriminando os valores e apresentando relatório das atividades desenvolvidas no período.

**7.27.** Quanto às normas de segurança, a CONTRATADA deverá:

**7.27.1.** Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios e demais riscos inerentes às atividades de manutenção predial e pintura, nas dependências do CONTRATANTE;

**7.27.2.** Orientar formalmente seus empregados, por meio de ordens de serviço, acerca dos procedimentos de segurança do trabalho a serem adotados durante a execução das atividades, observando as normas regulamentadoras aplicáveis;

**7.27.3.** Assegurar o fornecimento e a utilização adequada de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) e garantir a disponibilização e o uso de EPC's (Equipamentos de Proteção Coletiva) necessários à execução segura dos serviços.

**7.28.** A CONTRATADA deverá manter atualizados todos os dados cadastrais e de contato junto ao CONTRATANTE, comunicando formalmente qualquer alteração que possa impactar a gestão e a fiscalização contratual.

**7.29.** Apresentar mensalmente a comprovação do recolhimento das guias de contribuições sociais, incluindo o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Previdência Social, correspondentes ao mês da última competência vencida, relativas aos empregados que desempenham os serviços contratados, bem como demonstrar a regularidade do recolhimento do ISSQN.

**7.30.** A fiscalização da execução do objeto contratual por parte do CONTRATANTE não exclui sequer reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na

ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133 de 2021.

**7.31.** O fornecedor, em conformidade com o art. 120 da Lei n.º 14.133, de 2021, ficará obrigado a aceitar os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) nos termos que se fizerem necessários.

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**8.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**8.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**8.3.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**8.3.1.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**8.3.2.** O Gestor/Fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

**8.4.** A CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

**8.5.** A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá, tampouco reduzirá, essa responsabilidade por meio da fiscalização ou do acompanhamento pelo contratante.

**8.6.** Somente a CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

**8.6.1.** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

**8.7.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**8.8.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**8.9.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a emissão da Nota Fiscal e atestado pelo Gestor do contrato.

**8.10.** Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

**8.11.** Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## **9. PAGAMENTO**

**9.1.** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos após a entrega dos produtos e ou serviços efetivamente prestados, mediante a apresentação dos documentos: Nota Fiscal/Fatura, devidamente preenchido, atestado pelo Gestor do contrato e, acompanhada das Certidões que comprovem a sua devida Regularidade Fiscal, observando o cumprimento integral das disposições contidas neste Termo de Referência.

**9.2.** Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da contratada e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

**9.3.** O Gestor do contrato não efetuará o ateste dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas.

**9.4.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n.º 14.133, de 2021, comunicando-

se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**9.5.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

**9.6.** A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**9.7.** A administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital de Licitação; b) identificar possível razão que impeça a participação em pregão eletrônico, no âmbito do órgão, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**9.8.** Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**9.9.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**9.10.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

**9.10.1.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

**9.11.** O pagamento será creditado em favor da adjudicatária, por meio de Ordem Pagamento, em qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isto, ficar

especificado o nome do banco, agência com a qual opera, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

**9.12.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

## **10. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**10.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM.

**10.2.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **10.2.1. Habilitação jurídica:**

**10.2.1.1. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**10.2.1.2. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**10.2.1.3. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-enegocios/pt-br/empreendedor>;

**10.2.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**10.2.1.5. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

**10.2.1.6. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**10.2.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**10.2.1.8.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**10.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

**10.2.2.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**10.2.2.2.** Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, atualizado;

**10.2.2.3.** Prova de regularidade para com as Fazendas Federal/INSS (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, e da Fazenda Pública do Estado de Goiás atualizadas;

**10.2.2.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011;

**10.2.2.4.1.** É permitida a apresentação de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas instituída pela Lei nº 12.440/2011;

**10.2.2.4.2.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

**10.2.2.4.3.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **10.2.3. Qualificação Econômico – Financeira**

**10.2.3.1.** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ou de sociedade simples;

**10.2.3.2.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

**10.2.3.3.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

**10.2.3.4.** O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

### **10.2.4. Qualificação Técnica**

**10.2.4.1.** A licitante deverá comprovar sua aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível com o presente Termo de Referência, mediante apresentação de, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução anterior de serviços similares em escopo, complexidade e volume compatíveis com o objeto ora contratado.

## **11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**11.1.** O custo estimado total da contratação é de **R\$ 298.236,60 (duzentos e noventa e oito mil, duzentos e trinta e seis reais e sessenta centavos)** conforme custos unitários apresentados na tabela do **item 1.1**. Esses valores foram definidos a partir da elaboração das Planilhas de Custos e Formação de Preços, adotando-se como referência os pisos salariais

estabelecidos nas convenções coletivas de trabalho 2025/2026, bem como os acordos firmados pelo Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Pública e Ambiental, Coleta de Lixo do Estado de Goiás (SEACONS-GO) e pelo Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Urbana e Terceirização de Mão de Obra do Estado de Goiás (SEAC-GO), vigentes em 2025, na cidade de Goiânia – GO.

## **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**12.1.** As despesas decorrentes dos serviços relativas ao presente exercício correrão à conta do crédito orçamentário nas Classificações orçamentárias: 2025 0301 01 032 1047 2008, Grupo 03 – Outras Despesas Correntes, Fontes 15000 100 (Receitas Ordinárias), Tipo de Recurso – Tesouro Estadual, sendo enquadradas nas Naturezas de Despesa – 3.3.90.39.18 – Manutenção, Reparos e Conservação de Bens Imóveis.

Goiânia, 30 de janeiro de 2025.

**SAULO CARVALHO MOTA**  
Gerente de Serviços Gerais



**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11984/25**

**APÊNDICE I DO ANEXO I**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**1. UNIDADE REQUISITANTE**

**1.1.** Gerência de Serviços Gerais – GSG/SAG.

**2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

**2.1.** A adequada conservação e o pleno funcionamento das instalações deste Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás requerem a execução contínua de serviços de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, além de serviços de pintura, de forma a assegurar que todos os ambientes permaneçam seguros, funcionais e apropriados ao desenvolvimento das atividades institucionais.

**2.2.** A manutenção preventiva e preditiva possibilita antecipar falhas, prolongar a vida útil das estruturas e preservar os sistemas e equipamentos utilizados diariamente, reduzindo a ocorrência de interrupções que possam comprometer o andamento dos trabalhos. Já a manutenção corretiva garante a solução tempestiva de eventuais problemas, evitando a paralisação das atividades e assegurando a disponibilidade imediata dos espaços.

**2.3.** Os serviços de pintura, por sua vez, contribuem não apenas para a conservação do patrimônio, mas também para a higienização e a boa apresentação das dependências, favorecendo um ambiente institucional mais acolhedor, organizado e condizente com a imagem de seriedade e credibilidade que o Tribunal deve transmitir.

**2.4.** Dessa forma, a realização contínua desses serviços se mostra indispensável para assegurar a eficiência operacional, a preservação do patrimônio público e a manutenção de condições adequadas de trabalho para conselheiros, servidores, colaboradores e visitantes.

**2.5.** Por fim, pretende-se realizar o procedimento licitatório pelos motivos retro expostos alcançando a conciliação ente os menores custos possíveis na execução das atividades.

### **3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

**3.1.** A necessidade tratada neste Estudo Técnico Preliminar é atualmente atendida pelo Contrato n.º 056/23, firmado entre o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TCMGO e a empresa **ELOHIM TZ VAOT TECNOLOGIA E NEGÓCIOS LTDA.**

**3.2.** Considerando que a contratada manifestou desinteresse na renovação do referido contrato, a despesa correspondente não foi incluída no Plano de Contratações Anual (PCA) para o exercício de 2025, uma vez que será necessário realizar novo procedimento licitatório para suprir a continuidade da demanda.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1.** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

**4.2.** A licitante deverá apresentar declaração de que teve pleno conhecimento de todas as informações, condições e peculiaridades necessárias ao fiel cumprimento das obrigações decorrentes da contratação, inclusive quanto ao local de execução e responsabilidades previstas neste Estudo Técnico Preliminar.

**4.2.1.** A declaração acima poderá ser substituída por documento formal emitido e assinado pelo responsável técnico da empresa, atestando ciência integral das condições contratuais e das especificidades do objeto.

**4.2.2.** A licitante deverá comprovar sua aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível com o presente Estudo Técnico Preliminar, mediante apresentação de, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução anterior de serviços similares em escopo, complexidade e volume compatíveis com o objeto ora contratado.

**4.3.** Comprovação de que a licitante tenha executado serviços similares à solução definida por este Estudo Técnico Preliminar por um período mínimo de 02 (dois) anos, conforme prevê o Art. 67, da Lei n.º 14.133/21.

**4.4.** Para assegurar a qualidade, a segurança e a eficiência dos serviços de manutenção a serem executados nas dependências do Tribunal, torna-se imprescindível que a empresa seja associada/ filiada ao SINDICATO DOS EMPREGADOS DE ASSEIO CONSERV LIMP PUB E AMBIENTAL COL. DE LIXO SIM EST GOIAS E SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, LIMPEZA URBANA E TERCEIRIZACAO DE MAO-DE-OBRA DO ESTADO DE GOIAS - SEAC-GO e os profissionais designados atendam a requisitos técnicos específicos, garantindo a plena capacidade de realizar atividades preventivas, corretivas, preditivas e de conservação predial. Assim, deverão preencher os seguintes requisitos:

**4.4.1. AUXILIAR DE MANUTENÇÃO PREDIAL**, conforme a Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2027, MR077732/2025, do SINDICATO DOS EMPREGADOS DE ASSEIO CONSERV LIMP PUB E AMBIENTAL COL. DE LIXO SIM EST GOIAS E SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, LIMPEZA URBANA;

**4.4.2.** Profissional com conhecimentos técnicos para execução de trabalhos em alvenaria, concreto e demais materiais de construção civil, orientando-se por desenhos, esquemas e especificações. Deve ser capaz de realizar reformas, reparos e construções em obras similares, além de efetuar inspeções periódicas em áreas comuns, realizar cobertura e conserto de vazamentos hidráulicos, impermeabilizações em geral, assentamento de pisos e porcelanatos, bem como possuir noções básicas de elétrica;

**4.4.3.** Profissional apto a preparar e aplicar pinturas em diferentes superfícies, utilizando técnicas adequadas e pigmentos apropriados para atribuir tonalidades, acabamentos e texturas. Deverá possuir domínio das práticas de pintura em paredes, esquadrias de madeira, superfícies metálicas e demais estruturas que demandem acabamento refinado;

**4.4.4.** Profissional com conhecimentos para execução supervisionada de serviços elétricos, abrangendo correntes elétricas, quadros de distribuição, disjuntores termomagnéticos, diferenciais residuais e trifásicos, condutores, dimensionamento de fiação e de dispositivos de proteção, assegurando o cumprimento das normas de segurança aplicáveis;

**4.4.5.** Qualificação mínima: comprovação de experiência prática de, no mínimo, 12 (doze) meses de exercício na categoria.

**4.5.** Os exames de saúde física e mental, bem como a avaliação de aptidão psicológica, deverão ser custeados pela contratada, assegurando que os profissionais designados apresentem plena capacidade para a execução das atividades demandadas.

**4.6.** A empresa licitante deverá, obrigatoriamente, ter escritório estabelecido na cidade de Goiânia/GO ou em sua região metropolitana, ou comprometer-se a instalar um no prazo estipulado pelo TCMGO, apresentando a devida comprovação durante a fase de apresentação de documentos no processo licitatório.

## **5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES**

**5.1.** Considerando as demandas recorrentes de manutenção preventiva, corretiva e preditiva nas instalações deste Tribunal, mostra-se indispensável a preservação do quantitativo de profissionais já previsto no contrato vigente n.º 056/2023.

**5.2.** O quantitativo de 03 (três) profissionais tem se mostrado adequado e suficiente para atender às necessidades da instituição, garantindo a continuidade e a regularidade dos serviços prestados sem comprometer a qualidade das atividades.

**5.3.** Ressalta-se que não se trata de ampliação da equipe, mas sim da manutenção do número já contratado, medida que assegura estabilidade, eficiência operacional e racionalidade na gestão de recursos públicos.

**5.4.** A manutenção do quantitativo atual é essencial para evitar sobrecarga de trabalho, assegurar a pronta resposta em situações de emergência e preservar a qualidade técnica exigida para a execução dos serviços, sem ocasionar custos adicionais ou necessidade de novos aditivos futuros.

## **6. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

**6.1.** Com base nos requisitos estabelecidos, foi realizado um levantamento para identificar as soluções disponíveis no mercado que atendam à demanda por serviços de manutenção preventiva, corretiva, preditiva e de pintura, com o objetivo de alcançar os

resultados desejados e suprir a necessidade de contratação, considerando aspectos como eficácia, eficiência e padronização.

**6.2.** Identificamos algumas opções possíveis para atender à necessidade de contratação dos serviços de manutenção predial. Cada solução foi analisada com base nos requisitos estabelecidos, nas condições usuais de execução do objeto e nos custos envolvidos, considerando ainda os riscos e impactos para a Administração.

**6.2.1.** Contratação de empresa especializada em serviços terceirizados de manutenção predial e pintura com dedicação contínua e profissionais qualificados.

**6.2.1.1.** Prós:

- a) Garantia de fornecimento contínuo e ininterrupto dos serviços de manutenção e pintura;
- b) Redução da responsabilidade administrativa do TCMGO, como gestão de pessoal, folha de pagamento e encargos trabalhistas;
- c) Flexibilidade para ajustes contratuais em caso de mudanças nas demandas;
- d) Atendimento às normas trabalhistas, segurança e técnica garantido pela empresa contratada;
- e) Disponibilidade de profissionais capacitados em diferentes áreas (elétrica, hidráulica, alvenaria e pintura), assegurando maior eficiência.

**6.2.1.2.** Contras:

- a) Dependência de terceiros para execução dos serviços, o que pode gerar problemas em caso de descumprimento contratual;
- b) Possível custo maior, dependendo da qualidade e reputação da empresa contratada;
- c) Necessidade de fiscalização constante para garantir a qualidade dos serviços executados.

**6.2.2.** Realização de processo seletivo público para contratação direta de servidores especializados em manutenção predial e pintura como servidores do Tribunal.

**6.2.2.1.** Prós:

- a) Controle direto sobre os profissionais contratados e suas atividades;
- b) Maior alinhamento dos colaboradores às políticas e objetivos institucionais;
- c) Redução de intermediários, o que pode diminuir custos em longo prazo.

**6.2.2.2. Contras:**

- a) Aumento da responsabilidade administrativa, incluindo gestão de pessoal, folha de pagamento e encargos trabalhistas;
- b) Maior rigidez na gestão do quadro de pessoal, com limitações para ajustes em períodos de menor demanda;
- c) Necessidade de alocar recursos internos para realizar concurso, capacitar servidores e gerenciar a execução dos serviços;
- d) Demora significativa para implementação, não atendendo a necessidades imediatas.

**6.2.3. Contratação de profissionais autônomos para serviços pontuais de manutenção e pintura.**

**6.2.3.1. Prós:**

- a) Custos reduzidos em comparação à contratação de empresas especializadas;
- b) Flexibilidade na adequação da quantidade de profissionais conforme as necessidades do Tribunal;
- c) Rapidez na contratação para necessidades emergenciais e pontuais.

**6.2.3.2. Contras:**

- a) Riscos jurídicos de caracterização de vínculo empregatício;
- b) Necessidade de fiscalização para assegurar o cumprimento das condições contratuais e das normas de segurança;
- c) Ausência de estrutura formal e equipe multidisciplinar;
- d) Inadequação para demandas contínuas e de maior complexidade.

**6.3.** Com base nos prós e contras das soluções analisadas, o “**item 6.2.1.** Contratação de empresa especializada em serviços terceirizados de manutenção predial e pintura, com dedicação contínua e profissionais qualificados” se apresenta como a alternativa mais viável para atender às necessidades do TCMGO. Essa solução já vem sendo adotada por este Tribunal, demonstrando-se eficiente ao garantir a continuidade dos serviços, reduzir as responsabilidades administrativas diretas e oferecer flexibilidade para adequação às demandas. A manutenção dessa alternativa também considera o orçamento disponível, os riscos jurídicos envolvidos e a capacidade da equipe de Gestão em acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, assegurando a qualidade e eficiência no atendimento às necessidades institucionais.

## **7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO**

**7.1.** Após levantamento prévio dos preços praticados no mercado, a estimativa de custos foi elaborada com base no piso salarial da categoria profissional, considerando os encargos sociais e benefícios aplicáveis.

**7.2.** Para a definição dos valores e a elaboração das Planilhas de Custos e Formação de Preços, foram adotados como referência os pisos salariais estabelecidos nas convenções coletivas de trabalho 2026/2027, bem como os acordos firmados pelo SINDICATO DOS EMPREGADOS DE ASSEIO CONSERV LIMP PUB E AMBIENTAL COL. DE LIXO SIM EST GOIAS E SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, LIMPEZA URBAN, vigentes em 2026, na cidade de Goiânia – GO.

**7.3.** Considerando que os valores praticados para a contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra são definidos com base em planilhas de custos detalhadas, elaboradas a partir dos pisos salariais vigentes, encargos sociais e benefícios obrigatórios previstos em convenções coletivas, não se realizou pesquisa em bases referenciais de preços públicas, como o Painel de Preços da Administração Pública Federal, por não se mostrarem adequadas à realidade específica desta contratação.

**7.4.** Para o período de 12 (doze) meses, o valor global máximo estimado das despesas para a contratação dos profissionais é de **R\$ 298.236,60 (duzentos e noventa e oito mil, duzentos e trinta e seis reais e sessenta centavos), enquanto o valor mensal estimado para a**

contratação é de R\$ 24.853,05 (vinte e quatro mil, oitocentos e cinquenta e três reais e cinco centavos).

**7.5.** A partir da Planilha de Custos e metodologia de cálculos, segue o quadro resumo dos custos estimados para a contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL MENSAL
1	Auxiliar de Manutenção Predial (PROFISSIONAIS DA CONVENÇÃO COLETIVA)	1627	Prof.	3	R\$ 8.284,35	R\$ 24.853,05
VALOR TOTAL ANUAL						R\$ 298.236,60

**7.6.** Os valores de referência já levam em conta todas e quaisquer despesas incidentes na execução do objeto, tais como tributos, despesas com vale transporte, alimentação dos funcionários, entre outras.

**7.7.** Os valores estimados na tabela do **item 7.5.** foram definidos com base nas Planilhas de Composição de Custos, em anexo (ANEXO 01-A). Também segue em anexo a Planilha em branco, para seguir como modelo para as empresas licitantes elaborarem as suas propostas (ANEXO 02-A).

## **8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**8.1.** A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, preditiva e de pinturas nas instalações do Tribunal, conforme especificações técnicas estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar. A medida visa suprir a necessidade institucional de garantir a conservação, funcionalidade e segurança das edificações, assegurando o pleno funcionamento das atividades administrativas e o adequado atendimento ao público.

**8.2.** Por se tratar de contratação de serviços de natureza contínua, cuja execução demanda mão de obra especializada, não se enquadrando na aquisição de bens permanentes



ou de consumo, a análise do ciclo de vida do objeto não se aplica à presente contratação, em conformidade com a legislação vigente.

**8.3.** A contratação será por item, visto que assim sua fiscalização e seu acompanhamento poderão ser realizados de forma mais efetiva, possibilitando também administrar melhor a logística dos serviços a serem executados.

## **9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO**

**9.1.** Não há o que se falar em parcelamento do objeto.

## **10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

**10.1.** A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, preditiva e de pinturas visa atender de forma eficiente às demandas de conservação das instalações do Tribunal, assegurando a plena funcionalidade das edificações e a continuidade das atividades administrativas e institucionais.

**10.2.** Além de garantir a preservação do patrimônio público, a contratação possibilita a realização de serviços padronizados e de qualidade, promovendo economicidade ao reduzir custos administrativos e operacionais. Esse modelo de terceirização elimina a necessidade de gestão direta de pessoal, encargos trabalhistas e investimentos em recrutamento e treinamento, assegurando maior eficiência financeira e otimização do uso dos recursos públicos.

**10.3.** A adoção dessa solução também fortalece a eficiência operacional, ao permitir que o Tribunal concentre seus esforços em suas atividades finalísticas, enquanto a empresa contratada assume a execução das funções de apoio relacionadas à manutenção predial. Isso resulta em maior agilidade na solução de problemas estruturais, prevenindo paralisações ou comprometimento das rotinas de trabalho.

**10.4.** A presença de profissionais qualificados garante a execução técnica adequada das manutenções e pinturas, contribuindo para um ambiente institucional seguro, organizado e funcional. Além de preservar a estrutura física, os serviços impactam positivamente nas condições de trabalho de conselheiros, servidores e visitantes, reforçando a imagem institucional do Tribunal.

**10.5.** Espera-se, como resultado direto da contratação, a melhoria contínua da infraestrutura predial, com reflexos no conforto, na segurança e na eficiência das atividades internas. A manutenção preventiva contribui para prolongar a vida útil das instalações e reduzir a necessidade de reparos emergenciais, assegurando maior previsibilidade e controle dos custos.

**10.6.** A profissionalização e padronização dos serviços de manutenção e pintura garantem que todas as intervenções sejam realizadas com qualidade técnica, presteza e dentro das normas aplicáveis, minimizando riscos operacionais e jurídicos. Dessa forma, a contratação representa não apenas uma solução de apoio, mas também um investimento estratégico para o funcionamento adequado e sustentável das atividades institucionais.

## **11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

**11.1.** Não se vislumbra a necessidade de tomada de providências de adequações para a solução ser contratada e o serviço prestado, visto que este Tribunal de Contas já possui ambientes próprios para acomodação dos profissionais e dos equipamentos de uso individual, sala para serviços, ambientes para almoxarifado.

## **12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES**

**12.1.** Não se verifica contratações correlatas, sequer interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

## **13. IMPACTOS AMBIENTAIS**

**13.1.** A empresa contratada deverá executar os serviços de manutenção preventiva, corretiva, preditiva e de pinturas em conformidade com a legislação ambiental vigente, observando as normas técnicas aplicáveis, de forma a prevenir impactos negativos ao meio ambiente e assegurar condições adequadas de saúde e segurança aos trabalhadores e usuários das instalações do Tribunal.

**13.2.** A CONTRATADA deverá adotar boas práticas de sustentabilidade, nos termos do GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS – 7ª EDIÇÃO OUT/2024, da Câmara Nacional de Sustentabilidade - CNS, a saber:

- a)** Medidas gerais de sustentabilidade aplicáveis à manutenção predial e às pinturas:
  - I.** Utilização de tintas, vernizes e solventes com menor teor de compostos orgânicos voláteis (COVs), reduzindo a emissão de poluentes e odores prejudiciais à saúde;
  - II.** Destinação ambientalmente adequada dos resíduos provenientes das manutenções e pinturas (embalagens de tintas, pincéis, rolos, trapos contaminados, materiais de construção e outros), conforme legislação específica;
  - III.** Adoção de procedimentos que minimizem o desperdício de materiais, água e energia durante a execução dos serviços;
  - IV.** Priorização de produtos certificados ambientalmente ou que atendam a requisitos de menor impacto ambiental;
  - V.** Separação dos resíduos sólidos recicláveis e reutilizáveis, assegurando sua destinação a associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis, nos termos do Decreto nº 10.936/2022;
  - VI.** Observância às normas da ABNT relacionadas à gestão de resíduos sólidos e à segurança em serviços de manutenção predial.
- b)** Medidas específicas relacionadas à gestão de resíduos perigosos e logística reversa:
  - I.** Garantir a coleta seletiva e a destinação ambientalmente correta de pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e demais materiais elétricos e eletrônicos eventualmente substituídos;
  - II.** Respeitar as normas vigentes sobre armazenamento temporário, transporte e destinação final de resíduos químicos e materiais contaminantes;

III. Observar integralmente as disposições da Resolução CONAMA nº 307/2002 (resíduos da construção civil) e alterações posteriores, aplicáveis aos serviços de manutenção e pintura.

**13.3.** A adoção dessas práticas contribui para minimizar os impactos ambientais, prolongar a vida útil das instalações, reduzir custos operacionais e reforçar a imagem institucional de responsabilidade socioambiental do Tribunal.

#### **14. JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**14.1.** A presente contratação é viável e necessária, conforme estudo técnico preliminar apresentado. Trata-se de serviço contínuo, com a realização de atividades essenciais para o órgão, justificando-se pela própria natureza dos serviços contratados, que visam propiciar as condições mínimas de trabalho aos servidores em suas atividades.

**14.2.** A contratação proposta está em conformidade com a previsão orçamentária e financeira anual, respeitando os limites e as diretrizes estabelecidas para a execução das despesas do Tribunal.

**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE GOIAS, GERÊNCIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO**, em Goiânia, aos 30 dias do mês de janeiro de 2026.

**SAULO CARVALHO MOTA**  
Gerente de Serviços Gerais

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/26**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11984/25**

**ANEXO II**

**MINUTA CONTRATO Nº 000/2026**

Contratação de empresa para fornecimento, sob demanda, de material elétrico, material de pintura, tinta e ferramentas, que entre si celebram o **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS** e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**.

**CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS**, inscrito no CNPJ(MF) sob nº 02.600.963/0001-51, com sede na Rua 68, nº 727, Centro, Goiânia – GO, CEP: 74055-100, neste ato representado pelo Conselheiro Presidente, **JOAQUIM ALVES DE CASTRO NETO**.

**CONTRATADA: EMPRESA VENCEDORA**, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº **00.000.000/0000-00**, localizada na **XXXXXXXXXXXX** neste ato representada por **REPRESENTANTE DA EMPRESA**, inscrito no CPF sob o nº **000.000.000-00**.

Os **CONTRATANTES** acima qualificados celebram o presente contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº **90000/26**, conforme Termo de Homologação, da Presidência do TCMGO, nos autos do Processo nº 11984/25, que fica fazendo parte integrante deste instrumento, realizado nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 e da Lei Estadual nº 17.928/2012, com suas alterações e legislação correlata, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**1.1.** Constitui objeto deste instrumento a prestação de serviços de manutenção predial, sob demanda, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

**1.2.** Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL MENSAL
1	Auxiliar de Manutenção Predial (PROFISSIONAIS DA CONVENÇÃO COLETIVA)	1627	Prof.	3	R\$	R\$
VALOR TOTAL ANUAL						R\$

**1.3.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1.** O Termo de Referência;
- 1.3.2.** O Edital da Licitação;
- 1.3.3.** A Proposta do contratado;
- 1.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

**2.1.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados **de DIA de MÊS de 2026 a DIA de MÊS de 2027**, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.2.** O contrato poderá ser prorrogado, por igual período, até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

## CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

**3.1.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**5.1.** O valor mensal da contratação é de **R\$ ..... (....)**, perfazendo o valor total de **R\$ ..... (....)**.

**5.2.** As despesas decorrentes dos serviços relativas ao presente exercício correrão à conta do crédito orçamentário na Classificação orçamentária: 2025 0301 01 032 1047 2008, Grupo 03 – Outras Despesas Correntes, Fonte 15000 100 (Receitas Ordinárias), Tipo de Recurso – Tesouro Estadual, sendo enquadrada na Natureza de Despesa – 3.3.90.39.18 – Manutenção, Reparos e Conservação de Bens Imóveis.

**5.3.** Para fazer face à despesa, foi emitida Nota de Empenho nº 00**XXX** pela CONTRATANTE, em **DIA/MÊS/2026**.

**5.4.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

**6.1.** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos após a entrega dos produtos e ou serviços efetivamente prestados, mediante a apresentação dos documentos: Nota Fiscal/Fatura, devidamente preenchido, atestado pelo Gestor do contrato e, acompanhada das Certidões que comprovem a sua devida Regularidade Fiscal, observando o cumprimento integral das disposições contidas neste Termo de Referência.

**6.2.** Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da contratada e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

**6.3.** O Gestor do contrato não efetuará o ateste dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas.

**6.4.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n.º 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**6.5.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

**6.6.** A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**6.7.** A administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital de Licitação; b) identificar possível razão que impeça a participação em pregão eletrônico, no âmbito do órgão, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**6.8.** Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**6.9.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**6.10.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.



**6.10.1.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

**6.11.** O pagamento será creditado em favor da adjudicatária, por meio de Ordem Pagamento, em qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isto, ficar especificado o nome do banco, agência com a qual opera, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

**6.11.1.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS**

**7.1.** Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado.

**7.2.** O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

**7.2.1.** Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

**7.3.** Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

**7.3.1.** Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que apostilada.

**7.4.** A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

**7.5.** Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

**7.6.** É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

**7.7.** Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

**7.8.** Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

**7.8.1.** A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

**7.9.** Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

**7.10.** Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

**7.11.** Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

**7.12.** O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

**7.13.** Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

**7.14.** A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

**7.15.** O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços a partir da solicitação do contratado e apresentação da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

**7.16.** O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.

**7.17.** A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

**7.18.** As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no [art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

## **CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**8.1.** Promover, através de seu Gestor/Fiscal, o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos produtos, sob os aspectos quantitativo e qualificativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas.

**8.2.** Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.

**8.3.** Aplicar penalidades à CONTRATADA por descumprimento contratual.

**8.4.** Fornecer à CONTRATADA todas as informações relevantes, solicitadas ou necessárias para o pleno desenvolvimento dos serviços, bem como prestar informações adicionais, dirimir dúvidas e orientar nos casos omissos, quando ocorrer, garantindo, ainda, as condições sob sua responsabilidade para que a empresa cumpra integralmente as obrigações pactuadas, com máxima presteza e mediante solicitação escrita.

**8.5.** Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, desde que devidamente identificados, às dependências do TCMGO, nos locais em que devam executar as atividades de manutenção predial e pintura.

**8.6.** Comunicar à CONTRATADA as irregularidades, falhas ou defeitos observados no objeto do contrato.

**8.7.** Realizar o (s) pagamento (s) decorrente (s) das demandas atendidas, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência e no instrumento contratual, somente após o atesto da execução satisfatória dos serviços contratados.

**8.8.** Programar os serviços a serem executados pela CONTRATADA, com atendimento sempre cortês e garantindo, em todas as situações, as condições de segurança das instalações, dos funcionários e do patrimônio do TCMGO.

**8.9.** Não permitir que os empregados da CONTRATADA realizem horas adicionais, sempre observando o limite da legislação trabalhista.

**8.10.** É vedado ao CONTRATANTE e ao seu representante exercer autoridade hierárquica sobre os empregados da CONTRATADA, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

**8.11.** O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**8.12.** O TCMGO não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada sem que tenha sido previamente autorizada e reserva-se o direito de exercer, quando lhe convier, a fiscalização sobre a execução dos serviços contratados, se ele atende a todas as

especificações deste Termo e, ainda, aplicar multas ou rescindir o contrato, caso a empresa descumpra quaisquer de suas cláusulas.

**8.13.** O CONTRATANTE reserva-se o direito de estabelecer os controles necessários ao acompanhamento, fiscalização e aferição da prestação dos serviços, bem como promover ajustes no planejamento ou cronograma de execução das tarefas, cabendo à CONTRATADA cumprir integralmente as determinações, em conformidade com o objeto e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**8.14.** O CONTRATANTE reserva-se o direito de estabelecer os controles necessários ao acompanhamento, fiscalização e aferição da prestação dos serviços, bem como promover alterações nas execuções das tarefas, cabendo à CONTRATADA cumprir suas determinações.

## **CLÁUSULA NOVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**9.1.** A empresa deverá dispor de profissionais obrigatoriamente contratados em conformidade com a legislação trabalhista vigente (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), observando, também, as disposições constantes de acordos ou convenções coletivas de trabalho, celebrados entre entidades sindicais, devidamente registradas no Ministério do Trabalho e Emprego.

**9.2.** A CONTRATADA será integralmente responsável pela execução dos serviços prestados, assegurando sua regularidade e qualidade, bem como pelos danos e infrações causados ao CONTRATANTE ou a terceiros resultantes de sua ação ou omissão e em decorrência de sua culpa ou dolo, respondendo pela imediata correção de eventuais falhas, deficiências ou irregularidades constatadas, em conformidade com este Termo de Referência durante a execução contratual, sem ônus para o CONTRATANTE.

**9.3.** A CONTRATADA deverá garantir a fiscalização contínua de seus empregados, assegurando o cumprimento das obrigações contratuais e verificando a efetiva prestação dos serviços no local de trabalho.

**9.4.** A CONTRATADA será responsável integralmente pelos atos de seus empregados no exercício de suas funções, inclusive por eventuais danos causados ao CONTRATANTE ou a

terceiros, assegurando a imediata reparação dos prejuízos, sempre que decorrentes da execução dos serviços contratados.

**9.5.** A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas decorrentes da execução do contrato, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, tributos sobre a atividade contratada, bem como gastos com deslocamento, alimentação, hospedagem e vestimenta dos empregados, quando aplicável. Deverá também garantir o cumprimento da legislação vigente, responsabilizando-se pelo pagamento de salários, férias, 13º salário, seguros, acertos e quaisquer outros encargos. Todas essas obrigações deverão ser cumpridas sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE, não gerando, em hipótese alguma, vínculo empregatício, previdenciário ou trabalhista entre os empregados da CONTRATADA e o TCMGO.

**9.6.** A CONTRATADA deverá submeter-se à fiscalização integral por parte do CONTRATANTE, por meio do Gestor ou Fiscal designado, aceitando o acompanhamento da execução dos serviços, cumprindo integralmente as orientações recebidas, prestando todos os esclarecimentos solicitados e viabilizando o exercício do controle contratual. Deverá, ainda, atender às solicitações e reclamações do CONTRATANTE, fornecendo todas as informações requeridas, com vistas à adequada supervisão da execução contratual.

**9.7.** Executar o serviço contratado independentemente de qualquer contratempo.

**9.8.** Manter-se durante todo o período de execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como com todas as condições de habilitação e qualificações exigidas neste Termo de Referência e em seus anexos.

**9.9.** Garantir a qualidade dos serviços oferecidos, que deverão ser compatíveis com as finalidades a que se destinam.

**9.10.** A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela Administração para representá-la na execução do contrato.

**9.11.** Disponibilizar ao TCMGO um serviço de atendimento personalizado e imediato, com a disponibilização de números de telefones fixos e móveis, endereço de e-mail e outras facilidades para abertura de chamados durante os dias úteis da semana, entre 8h e 18h.

**9.12.** Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito e em caráter de urgência, qualquer anormalidade ou intercorrência que possa comprometer a execução dos serviços, prestando os esclarecimentos que este julgar necessários.

**9.13.** Manter absoluto sigilo quanto às informações pertinentes ao serviço que deverá ser executado, vedada sua divulgação sem permissão do CONTRATANTE.

**9.14.** Substituir, imediatamente, os empregados em serviço, mediante solicitação do CONTRATANTE, nos seguintes casos:

**9.14.1.** Quando o profissional demonstrar falta de qualificação ou capacidade para desempenhar as atividades previstas;

**9.14.2.** Em situações que envolvam comportamento incompatível com as normas de conduta e ética da Administração Pública ou com o ambiente de trabalho;

**9.14.3.** Quando for identificado baixo rendimento ou falhas recorrentes na execução das tarefas designadas;

**9.14.4.** Sempre que o perfil do profissional não atender às especificidades ou exigências da atividade CONTRATADA.

**9.15.** Caso a substituição não ocorra de forma imediata, quando necessária por ausência, impedimento ou qualquer outro motivo que inviabilize o exercício das funções do profissional, será aplicado desconto proporcional na fatura, correspondente ao período em que o serviço deixou de ser prestado, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

**9.16.** Caberá à CONTRATADA todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando em ocorrências da espécie forem vítimas os seus empregados no desempenho da prestação de serviço, ou em contato com eles nas dependências do CONTRATANTE.

**9.17.** A empresa CONTRATADA deverá enviar seus empregados devidamente identificados, com crachá e/ou uniformizados, conforme exigido pelo CONTRATANTE.

**9.18.** A CONTRATADA fornecerá todos os uniformes necessários à prestação dos serviços durante a vigência contratual.

**9.19.** O uniforme deve ser composto de:

**9.19.1.** 2 (duas) calças compridas tipo “brim” ou jeans;



**9.19.2.** 2 (duas) camisetas ou camisas;

**9.19.3.** 1 (um) cinto de nylon;

**9.19.4.** 2 (dois) pares de botina com sola de borracha e biqueira de proteção de acordo com a categoria profissional;

**9.19.5.** 4 (quatro) pares de meia;

**9.19.6.** 1 (uma) capa de chuva;

**9.19.7.** 1 (um) crachá de identificação;

**9.19.8.** 1 (um) par de luvas para manutenções prediais;

**9.19.9.** Demais itens previstos em convenção coletiva necessária para vestimenta dos profissionais.

**9.20.** Os uniformes deverão conter a identificação da empresa CONTRATADA, de forma visível, preferencialmente na camisa.

**9.21.** Substituir, no prazo máximo de 02 (duas) horas, os profissionais que por qualquer motivo não puderem exercer suas funções, inclusive as faltas diárias, devendo ser descontadas do valor da fatura mensal todas as ausências existentes no mês.

**9.22.** Selecionar e preparar rigorosamente os profissionais que prestarão os serviços para o TCMGO, garantindo que todos tenham conduta ética, preparo técnico com as exigências contratuais e bons antecedentes.

**9.23.** Caso seja necessária a substituição de profissional, seja por ausência, impedimento ou qualquer outro motivo que o impossibilite de exercer suas funções, e a CONTRATADA não providenciar a substituição imediata, será efetuado o desconto proporcional na fatura, correspondente ao período em que o serviço deixou de ser prestado.

**9.24.** Registrar e controlar, juntamente com o Gestor do contrato, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, garantindo o pleno funcionamento da equipe.

**9.25.** Instruir seus funcionários quanto à proibição da utilização dos bens e serviços do CONTRATANTE para fins particulares, como a utilização dos telefones para tratar de assuntos alheios às atividades do órgão.

**9.26.** Emitir fatura/nota fiscal da prestação de serviços, discriminando os valores e apresentando relatório das atividades desenvolvidas no período.



**9.27.** Quanto às normas de segurança, a CONTRATADA deverá:

**9.27.1.** Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios e demais riscos inerentes às atividades de manutenção predial e pintura, nas dependências do CONTRATANTE;

**9.27.2.** Orientar formalmente seus empregados, por meio de ordens de serviço, acerca dos procedimentos de segurança do trabalho a serem adotados durante a execução das atividades, observando as normas regulamentadoras aplicáveis;

**9.27.3.** Assegurar o fornecimento e a utilização adequada de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) e garantir a disponibilização e o uso de EPC's (Equipamentos de Proteção Coletiva) necessários à execução segura dos serviços.

**9.28.** A CONTRATADA deverá manter atualizados todos os dados cadastrais e de contato junto ao CONTRATANTE, comunicando formalmente qualquer alteração que possa impactar a gestão e a fiscalização contratual.

**9.29.** Apresentar mensalmente a comprovação do recolhimento das guias de contribuições sociais, incluindo o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Previdência Social, correspondentes ao mês da última competência vencida, relativas aos empregados que desempenham os serviços contratados, bem como demonstrar a regularidade do recolhimento do ISSQN.

**9.30.** A fiscalização da execução do objeto contratual por parte do CONTRATANTE não exclui sequer reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133 de 2021.

**9.31.** O fornecedor, em conformidade com o art. 120 da Lei n.º 14.133, de 2021, ficará obrigado a aceitar os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) nos termos que se fizerem necessários.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**10.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

Página 65 de 76

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1.** Pela inexecução parcial ou total das condições pactuadas, garantida a prévia defesa, ficará a CONTRATADA sujeita às seguintes sanções:

**11.1.1.** Advertência;

**11.1.2.** Multa sobre o valor total do contrato pela inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, que sujeitará a contratada, além das cominações legais cabíveis, à multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

**a)** 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em assinar o Contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação.

**b)** Inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato ou retirar a nota de empenho, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação.

**c)** 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do serviço/entrega não realizado.

**d)** 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do serviço/entrega não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

**11.1.3.** Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, além das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

**a)** Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

**b)** Não entregar a documentação exigida no edital;

**c)** Apresentar documentação falsa;

**d)** Causar o atraso na execução do objeto;

**e)** Não manter a proposta;

**f)** Falhar na execução do contrato;

**g)** Fraudar a execução do contrato;

- h)** Comportar-se de modo inidôneo;
- i)** Declarar informações falsas;
- j)** Cometer fraude fiscal.

**11.1.4.** As sanções descritas no caput deste artigo também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

**11.1.5.** A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**11.1.6.** A inexecução contratual também poderá dar causa à rescisão contratual, nos moldes da Lei nº 14.133/21.

**11.2.** A multa, aplicada após regular processo administrativo, será recolhida em favor do CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou será descontada dos pagamentos devidos à CONTRATADA ou, ainda, quando estas não ocorrerem ou não forem suficientes, o saldo será inscrito na Dívida Ativa do Estado e cobrado judicialmente.

**11.3.** A critério da Administração poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso no fornecimento dos itens ou da prestação dos serviços for devidamente justificado pela CONTRATADA e aceito pela Administração da CONTRATANTE, que fixará novo prazo, improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES**

**12.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**12.2.** O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**12.3.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS**

**13.1.** O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS – TCMGO e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, quando do tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

**a)** O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º e/ou 11 da Lei Federal nº 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

**b)** O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao alcance das finalidades de execução do contrato e dos serviços contratados ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;

**c)** Em caso de necessidade de tratamento de dados pessoais indispensáveis à própria prestação de serviço, este será realizado mediante prévia aprovação do TCMGO. Os dados tratados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

**d)** Em caso de necessidade de utilização de sistemas para acesso à dados pessoais, tais sistemas seguem um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado;

**e)** As medidas técnicas e administrativas de segurança aplicadas são adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento

ilícito e que estas medidas asseguram um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger;

**f)** Os dados pessoais obtidos em razão desse contrato devem ser armazenados em banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

**g)** Na execução deste contrato, a CONTRATADA zelar pelo cumprimento das medidas de segurança para o tratamento de dados pessoais e oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnicas e organizativas, e as especificará formalmente ao TCMGO, não compartilhando com terceiros, dados pessoais que lhe sejam remetidos;

**h)** Os dados pessoais obtidos em razão desse contrato serão tratados apenas em nome do TCMGO e em conformidade com as suas instruções, as cláusulas do contrato e as legislações específicas.

**13.2.** A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, das obrigações e condições acordadas neste contrato, inclusive no às regras para o Tratamento de Dados Pessoais do TCMGO estabelecidas no Anexo I da Resolução Administrativa nº 184/2021, nas Políticas de Tecnologia da Informação, de Segurança da Informação e de Gestão de Riscos estabelecidas na Resolução Administrativa nº 106/2017 e na Política de Privacidade do TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS, disponíveis do sítio eletrônico do TCMGO (<https://www.tcmgo.tc.br>), cujos princípios deverão ser observados na execução deste contrato.

**13.3.** O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados do TCMGO que contenham, ou possam conter dados pessoais, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final e, em hipótese alguma, a utilização das bases de forma diversa do objeto do presente contrato.

**13.4.** A CONTRATADA cooperará com o TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos

titulares previstos na Lei Federal nº 13.709/2018 e nas leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e órgão de controle administrativo.

**13.5.** A CONTRATADA deverá informar imediatamente ao Encarregado de Dados do TCMGO, através do canal de Ouvidoria deste Tribunal, por meio do sitio eletrônico da Ouvidoria (<https://www.tcmgo.tc.br/ouvidoria/>) , quando receber requisição de titular de dados pessoais, a quem caberá responder a solicitação do requisitante, uma vez que na condição de OPERADOR a CONTRATADA deve-se abster de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas do TCMGO ou conforme exigido pela Lei Federal nº 13.709/2018 e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

**13.6.** A CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado de Dados do TCMGO, através do canal de Ouvidoria deste Tribunal, mediante o preenchimento de formulário específico do Sistema Ouvidoria TCMGO, disponível no sítio eletrônico do TCMGO, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

**13.7.** A CONTRATADA notificará imediatamente ao Encarregado de Dados do TCMGO sobre: a) qualquer solicitação juridicamente vinculativa de divulgação de Processo: 04533/22 Data: 31/10/2022 14:00:04 Folha: 8 de 19 8 dados pessoais por autoridade fiscalizadora responsável pela aplicação da lei, salvo quando houver lei penal determinando a preservação da confidencialidade de investigação policial; b) qualquer acesso acidental ou não autorizado.

**13.8.** A CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados (RIPD), a critério do Encarregado de Dados do TCMGO e conforme a sensibilidade dos dados tratados e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato.

**13.9.** Encerrada a vigência do contrato, ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo 30 (trinta dias), eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), utilizando-se de técnicas de eliminação

segura de dados, salvo quando exista obrigação legal para sua manutenção, ou para cumprimento de alguma outra hipótese prevista na Lei Federal nº 13.709/2018.

**13.10.** Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI, da Lei Federal nº 13.709/2018.

**13.11.** As partes declaram conhecimento da Lei Federal nº 13.709/2018 e comprometem-se em preservar confidenciais as informações e proteger os dados pessoais e sensíveis disponíveis nas ferramentas utilizadas e armazenadas nos sistemas no âmbito TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO**

**14.1.** Fica eleito o foro da comarca de Goiânia para solucionar quaisquer dúvidas decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

**15.1.** Declaram as partes que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

Goiânia, DIA de MÊS de 2026.

**JOAQUIM ALVES DE CASTRO NETO**

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás

**CONTRATADA**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11984/25**

**ANEXO III**

**MODELO DE PROPOSTA**

NOME DA EMPRESA:
ENDEREÇO:
CNPJ/MF:
INSCRIÇÃO ESTADUAL/MUNICIPAL:
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

Item	Descrição	Quant.	Un.	Valor Unitário	Valor Total
VALOR TOTAL					R\$ XXXXX

- ✓ Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- ✓ Nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação de serviços.
- ✓ Declaramos expressamente que nos sujeitaremos às normas do presente edital, bem como a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas posteriores alterações.
- ✓ O prazo de validade da proposta de preços não será inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data do envio da proposta atualizada em conformidade com o último lance ofertado no Sistema Eletrônico.
- ✓ Caso nos seja adjudicado o objeto da Licitação, comprometemos a assinar o Contrato, no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:



Razão Social:

CNPJ/MF:

Endereço:

Tel./Fax:

CEP:

Cidade:

UF:

Banco:

Agência:

C/C:

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

Nome:

Endereço:

CEP:

Cidade:

UF:

CPF/MF:

Cargo/Função:

RG nº:

Expedido por:

Naturalidade:

Nacionalidade:

Goiânia, de de 2026.

---

Representante Legal  
(com carimbo da empresa)

**PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**AUXILIAR DE MANUTENÇÃO PREDIAL**

**MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO**

1	Composição da Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário Base	-	
B	Adicional de periculosidade (base de cálculo: salário base)	30	-
C	Adicional de insalubridade (base de cálculo: salário mínimo)	10, 20 ou 40	-
D	Adicional noturno (base de cálculo: custo da hora diurna)	20	-
E	Outros (especificar/justificar)	-	-
<b>Total da Remuneração</b>			-

**MÓDULO 2: BENEFÍCIOS**

2	Benefícios Mensais e diários	Valor (R\$)
A	Auxílio transporte dias úteis: 22 R\$ 8,60	
A.1	Dedução auxílio transporte	
B	Auxílio alimentação dias úteis: 22 R\$ 25,00	
B.1	Dedução auxílio alimentação 11%	-
C	Seguro de vida	
D	Custeio Compulsório para aprendizagem	
E	IAFAS (Obrigatório)	
F	Amparo Familiar	
G	Outros (especificar/justificar)	-
<b>Total dos benefícios mensais e diários</b>		-

**MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS**

3	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	
B	Materiais	
C	Equipamentos EPI	
D	Outros (especificar/justificar)	-
<b>Total dos insumos diversos</b>		-

**MÓDULO 4: ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E TRABALHISTAS**

4.1	Encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições	Lucro real ou presumido (%)	SIMPLES Nacional (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00		-
B	SESI ou SESC	1,50		-

C	SENAI ou SENAC	1,00		-
D	INCRA	0,20		-
E	Salário Educação	2,50		-
F	FGTS	8,00		-
G	Seguro Acidente do Trabalho	6,00		-
H	SEBRAE	0,60		-
<b>Total dos encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições</b>		<b>39,80</b>		-
<b>4.2</b>	<b>13º Salário e adicional de férias</b>	<b>Lucro real ou presumido (%)</b>	<b>SIMPLES Nacional(%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	13º Salário	8,33		-
B	Adicional de férias	2,78		-
<b>Subtotal</b>		<b>11,11</b>		-
C	Incidência do submódulo 4.1 sobre o módulo 4.2	4,42		-
<b>Total do 13º salário e adicional de férias</b>		<b>15,53</b>		-

<b>4.3</b>	<b>Provisão para Rescisão</b>	<b>Lucro real ou presumido (%)</b>	<b>SIMPLES Nacional(%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Aviso prévio indenizado	0,42		-
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03		-
C	Multa do FGTS s/ remuneração e av. prévio indenizado	0,17		-
D	Aviso prévio trabalhado - até 12 meses de contrato	1,94		-
E	Incidência do submódulo 4.1 s/aviso prévio trabalhado	0,77		-
F	Multa FGTS s/ remuneração e av. prévio trabalhado	2,94		-
<b>Total da provisão para rescisão</b>		<b>6,27</b>		-

<b>4.4</b>	<b>Composição do Custo pela Reposição do Profissional Ausente</b>	<b>Lucro real ou presumido (%)</b>	<b>SIMPLES Nacional(%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Férias	2,78		-
B	Ausências legais	1,67		-
C	Licença paternidade	0,02		-
D	Ausência por acidente de trabalho	0,04		-
E	Afastamento maternidade	0,07		-
F	Outros (especificar/justificar)	-		-
<b>Subtotal</b>		<b>4,58</b>		-
G	Incidência do submódulo 4.1 sobre o módulo 4.4	1,82		-
<b>Total do custo pela reposição do profissional ausente</b>		<b>6,40</b>		-

<b>TOTAL GERAL MÓDULO 4 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E TRABALHISTAS</b>	<b>68,00</b>	-	-
---	--------------	---	---

Subtotal dos módulos 1 ao 4 = Base de cálculo dos custos indiretos	-
Subtotal dos módulos 1 ao 4 + Custos indiretos = Base de cálculo do lucro	-
Subtotal dos módulos 1 ao 4 e itens A e B do módulo 5 = Base de cálculo dos tributos	-
<b>Custo final da mão de obra, incluindo tributos</b>	-

### MÓDULO 5 – CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Lucro real (%)	Lucro presumido (%)	SIMPLES Nacional (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		6,00		-
B	Lucro		6,79		-
C	Tributos				
	PIS		0,65		-
	COFINS		3,00		-
	INSS (Lei 12.546/2011 - Programa Brasil Maior)		-		-
	SIMPLES		-		-
	ISS		5,00		-
<b>Total dos custos indiretos, lucro e tributos</b>					-

### QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão-de-obra vinculada à execução contratual	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	-
B	Módulo 2 - Benefícios	-
C	Módulo 3 - Insumos diversos	-
D	Módulo 4 - Encargos previdenciários e trabalhistas	-
E	Módulo 5 - Custos indiretos, tributos e lucro	-
<b>Valor total por empregado</b>		-

Quantidade de empregados neste posto alocados no contrato	3
<b>Valor mensal do posto</b>	-